

## ATA ABRIL/2018 - DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 10 de ABRIL de 2018, às 14 horas e 40 minutos, na “Casa dos Conselhos e Comissões”.

1 Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e dezessete  
2 minutos, na Casa dos Conselhos e Comissões, reuniu-se o COMED, convocado por meio do  
3 Ofício Circular n.º 6/2018, com a presença dos Senhores Conselheiros: da Secretaria de  
4 Educação: Samea Ázara de Carvalho, Carla Clavery Barbosa Cleffs, Gelza dos Santos  
5 Gatera, Maria Fernanda Secco de Almeida e Silva e Deise de Cássia Silva de Almeida Pinto;  
6 do Poder Executivo: Luiz Eduardo Moreira Peixoto e Anna Maria Rates; da Representação  
7 de Classe: Claudete Neves Bernardo; dos Docentes: Tatiana Csicsay de Mattos; da diretoria  
8 Regional Serrana I: Aline Nunes Cruz; das Instituições de Ensino Superior: Ricardo  
9 Tammela e Elizabeth Gonçalves de Souza; da Academia Petropolitana de Educação: Jelcy  
10 Rodrigues Corrêa Júnior, representante da Câmara dos vereadores: Gilda Beatriz e Leandro  
11 Azevedo; dos Representantes dos pais: Lúcia Helena Nogueira Gomes e demais convidados:  
12 Carla Alessandra e Rachel Leão. Havendo número legal, a Presidência cumprimentou todos  
13 e deu por aberta a reunião. O conselheiro Ricardo Tammela solicitou o cancelamento da  
14 reunião porque a equipe da Secretaria de Educação ainda não estava presente para apresentar  
15 os dados referentes à matrículas/vagas, primeiro assunto a ser apreciado na reunião. O  
16 Presidente Jelcy falou sobre a importância de manter a reunião, haja vista os demais assuntos  
17 da pauta a serem apreciados. Iniciou falando sobre o falecimento da professora Maria da  
18 Glória propondo uma carta de moção de pêsames, sendo aprovado pela platéia. Logo em  
19 seguida, falou sobre a apreciação do processo 006016/16, referente à autorização de  
20 funcionamento da Associação Pedagógica Aurum. Casa Aurea. Falou sobre o prazo  
21 estabelecido para análise do processo que é de 180 dias, disse que a partir desse prazo a  
22 escola pode estar em funcionamento. Perguntou sobre os motivos do atraso. A conselheira  
23 Maria Fernanda informou que o atraso se deu por três motivos: autorização dos bombeiros,  
24 pois os laudos dos bombeiros estão demorando muito para serem emitidos e que na cidade  
25 tem apenas um tenente responsável pelas vistorias e aprovação desses laudos, a vigilância  
26 sanitária que também demorou e que houve mudanças nos proprietários da escola. Jelcy  
27 retomou a fala sobre o prazo do processo que é de no máximo cento e oitenta dias e que o  
28 atraso desses processos repercute de forma negativa para o COMED. Maria Fernanda leu o  
29 parecer dos relatores, sendo favorável a autorização de funcionamento. Informou que a  
30 Câmara de Educação Básica se reuniu nesta data, às 13h. Jelcy perguntou a quantidade de  
31 vagas ofertadas pela Unidade Escolar, sendo informado que são quarenta e quatro vagas.

32 Diante do exposto, ficou deliberado a autorização para funcionamento da Casa Aurea. Dando  
33 continuidade, Jelcy solicitou que fosse apresentada a minuta de criação do Fórum Municipal  
34 de Educação. A conselheira Rosangela Stumpt sinalizou que usou como base o Fórum  
35 Nacional de Educação, informou que manteve as competências, porém deixou em aberto a  
36 quem o Fórum será subordinado, pontuou que o Governo Federal determinou que o  
37 Secretário Nacional de Educação não pode exercer função de Presidente do Fórum Nacional  
38 de Educação, assim como o Secretário Estadual de Educação também não pode assumir a  
39 função de Presidente do Fórum Estadual de Educação. Informou que se aprovada, a minuta  
40 será encaminhada ao Prefeito e posteriormente a Câmara de vereadores, tendo em vista que  
41 a iniciativa de implementação do Fórum deve partir do executivo. Disse que o Fórum  
42 Municipal de Educação tem caráter permanente, com a finalidade de coordenar as  
43 conferências municipais de educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas  
44 deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes Fóruns  
45 Estaduais e Nacional. Pontuou que o Fórum Nacional foi instituído para organizar a  
46 Conferência Nacional e fazer as articulações dos Municípios e Estados. Informou que ao  
47 elaborar a proposta manteve a mesma linha e sugeriu a possibilidade de ampliar essas  
48 competências. O conselheiro Ricardo propôs que a minuta fosse apresentada para ser  
49 apreciada e analisada, mas que fosse aprovada na próxima reunião. Falou da importância de  
50 refletir sobre o documento. Jelcy falou que a solicitação é pertinente, de forma a definir as  
51 competências, mantendo-as ou ampliando-as. Ricardo retomou a proposta de não se esgotar  
52 a análise nessa reunião, acha importante discutir, refletir e alterar ou não o documento base.  
53 Perguntou a Rosângela sobre o que deveria ser ampliado. Rosangela sinalizou que as  
54 atribuições do Fórum não devem conflitar com as do Conselho Municipal de Educação para  
55 que não haja riscos de usurpar suas competências, porém acredita que seja difícil, pontuando  
56 a importância de se realizar reuniões bimensais para acompanhar as deliberações das  
57 conferências. Rosângela definiu o Regimento Interno como fraco, sinalizando que as  
58 atribuições e competências são todas do Regimento Interno. Jelcy apontou que o Conselho  
59 Municipal de Educação não tem legislação própria e que é muito precário por vários motivos,  
60 pois está vinculado ao Decreto à aprovação do Regimento. Diante do exposto, o Conselho  
61 fica cerceado para fazer algumas deliberações. Jelcy falou que seria importante de se ter uma  
62 legislação ou um decreto que dê certa flexibilidade ao Regimento. A professora Deise  
63 sinalizou que a principal competência do Fórum é o acompanhamento do Plano Municipal  
64 de Educação. A conselheira Rosimar falou sobre a importância de fomentar debates sobre  
65 políticas públicas. Rosangela prosseguiu com a leitura explanando sobre as competências do  
66 Fórum Municipal de Educação. Rosangela informou que no terceiro artigo, que trata  
67 questões referentes à composição do Fórum, deixou em aberto para ser discutido hoje na  
68 Reunião Ordinária quem serão as instituições que farão parte do Fórum. A conselheira Gelza  
69 falou sobre a importância de representantes da sociedade civil e da Secretaria de Educação.  
70 O professor Jelcy atentou para o fato do Fórum não ter a mesma representatividade que o  
71 COMED. Rosangela reforçou a importância da ampliação ser mais aberta para quem quiser  
72 participar, pontuando que não deverá ser um órgão de eleição, sendo assim, não é  
73 deliberativo, falou que se deve elaborar algo que possibilite a inserção de todos os que  
74 queiram participar. Rosangela reiterou a fala da conselheira Rosimar sobre a abertura na  
75 participação de quem tiver interesse em participar. Gelza sinalizou que o Fórum não precisa

76 necessariamente fazer parte do COMED. Rosângela ressaltou que o assunto deverá ser  
77 discutido até a próxima reunião. A conselheira Gelza propôs que a proposta seja  
78 encaminhada por e-mail e que os conselheiros deem suas sugestões. Gelcy ressaltou a  
79 importância de definir o que seria uma participação de todos, se seria qualquer cidadão  
80 petropolitano, se instituição ou pessoa física, disse que por mais que seja amplo é necessário  
81 definir os atores que irão compor o Fórum de forma a qualificar quem serão os participantes.  
82 Rosimar alertou que para abranger a sociedade como um todo é preciso que seja um espaço  
83 aberto, não sendo necessária representação específica. Jelcy ressaltou a importância da  
84 organizacionalidade, disse que se faz necessário definir as pessoas que poderão se habilitar  
85 para conduzir as discussões do Fórum. Questionou quem irá propor o regimento interno para  
86 o funcionamento do Fórum. Se será elaborado em conjunto com o COMED, com a Secretaria  
87 de Educação ou em competência conjunta, lembrando que precisa aparecer na lei quem será  
88 o responsável. Ricardo falou sobre a importância do Fórum apresentar caráter participativo  
89 com prerrogativa de discutir políticas públicas. Pontuou que o Fórum deve ser responsável  
90 pela organização das conferências e acompanhamento das deliberações. Disse que as  
91 conferências são importantes, mas que não podem ser o foco principal. Sinalizou que é  
92 preciso ter cuidado para não ser confundido com o COMED, que a participação precisa ser  
93 a mais ampla possível. Disse que o Fórum precisa trazer às discussões aos pais e os alunos  
94 aos debates. Falou que o fato da Secretaria de Educação fazer nomeações retira o caráter  
95 democrático do Fórum. Sugeriu que se busque em outros municípios a forma de organização,  
96 disse que não é necessário começar do zero. Jelcy informou que está participando de um  
97 Fórum de discussão eletrônica junto a alguns conselheiros da região serrana, informou que  
98 eles têm interesse em outras participações, que essa contribuição externa pode ser  
99 interessante, disse que a própria UNCME talvez tenha alguma referência sobre algum  
100 município que tenha instaurado o Fórum Municipal. A conselheira Rosimar sugeriu que  
101 assim como os artigos primeiro e segundo, os artigos sexto e sétimo também façam parte do  
102 regimento interno. Jelcy complementou a fala da conselheira Rosimar sobre as mudanças  
103 que deverão ocorrer no texto, falou sobre a retirada de indicações por parte da Secretaria de  
104 Educação. A conselheira Lúcia sinalizou a dificuldade da participação em massa dos pais  
105 nas representações, disse que é muito difícil como conselheiros escolares eles virem até à  
106 escola para saber se está tudo bem e que só comparecem quando solicitados. Jelcy falou  
107 sobre os conselhos escolares das escolas públicas, disse que para se tomar decisões nas  
108 escolas é preciso convocar os Conselhos. Falou sobre uma participação mais ampla possível  
109 dos Conselhos Escolares, ressaltou a importância dos Conselhos Escolares das escolas  
110 públicas, retomando à discussão sobre a desvinculação da nomeação para funções pelo  
111 Secretário de Educação. Propôs que sejam identificados no texto os artigos que apresentam  
112 caráter de regimento, sinalizou a importância de definir quem será responsável pela definição  
113 do regimento interno antes que o Fórum seja instaurado. Logo em seguida, indagou sobre o  
114 caráter permanente, disse que é necessário ter uma temporalidade, não no sentido de  
115 terminar, mas de renovar um ciclo. Rosimar reiterou a importância de não vincular o Sistema  
116 Municipal de Educação à Secretaria de Educação. Jelcy solicitou que a conselheira Deise e  
117 a secretária Márcia verifiquem se houve alguma atualização do Decreto de criação do  
118 Sistema Municipal de Educação e encaminhe aos conselheiros para ser analisado e se for o  
119 caso posteriormente alterado. A Secretária interina, professora Samea Ázara disse que a



**CASA dos CONSELHOS**  
*Augusto Ângelo Zanatta*  
Casa dos Conselhos e Comissões  
"Augusto Ângelo Zanatta"  
Avenida Koeler, 260 - Centro  
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ  
TELEFONE: (24) 2246-9077 - 2249-4300  
E-MAIL: [casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br](mailto:casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br)



120 professora Cintia da Luz se colocou a disposição do Município e do COMED para contribuir  
121 com o que for possível na criação do Fórum. Jelcy falou sobre a formalização de um convite  
122 já informando que estamos apreciando um texto que será encaminhado ao prefeito para que  
123 seja iniciativa de Lei, e que assim que o texto estiver concluído, será encaminhado à Câmara  
124 de vereadores para que seja feito um projeto de lei para criação do Fórum Municipal de  
125 Educação. Jelcy sinalizou que na próxima reunião, a matéria continuará sendo apreciada a  
126 fim de se construir ou não um texto definitivo. Jelcy solicitou que se faça apreciação do  
127 Decreto que fala sobre a composição do Sistema, se há alguma proposição em relação à  
128 possível mudança de conceito de Sistema. Rosângela retomou a questão dos artigos  
129 primeiro, segundo, quinto e sexto para que sejam suprimidos, tendo em vista que devem  
130 fazer parte do Regimento interno e manutenção dos artigos sétimo e oitavo. Jelcy falou da  
131 importância de se reportar as questões do regulamento, de excluir da competência do  
132 Secretário de Educação à nomeação e definir quem será essa pessoa que fará essa  
133 designação. Falou sobre a importância de definir o que seria o conceito de permanência.  
134 Dando continuidade, a chefe do Departamento de Ensino Fundamental, professora Carla  
135 Alessandra, em resposta à solicitação do COMED sobre a as matrículas na Educação Infantil  
136 nas redes pública e privada, apresentou um relatório demonstrativo das vagas ofertadas para  
137 o ano corrente e ainda informou o quantitativo dos alunos matriculados na rede municipal e  
138 nas escolas parceiras. De acordo com o levantamento realizado, são quatro mil, cento e  
139 sessenta e seis alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e um mil, cento e vinte  
140 e um alunos matriculados em escolas parceiras, perfazendo um total de cinco mil, duzentos  
141 e oitenta e sete crianças devidamente matriculadas. A professora Carla explicou sobre o  
142 processo de matrículas, esclareceu que muitas vezes os responsáveis não comparecem à  
143 Unidade Escolar para desistir da vaga. O conselheiro Ricardo perguntou se essa é a  
144 capacidade da Educação Infantil, perguntou o quantitativo de alunos que estão ficando fora.  
145 A professora Rachel Leão, chefe do Departamento de Educação Infantil, informou que há  
146 vagas para os quartos e quintos períodos e que a demanda maior é de crianças de zero a três  
147 anos de idade. A professora Carla Alessandra informou que em fila de espera têm em média  
148 três mil e quinhentas crianças. A professora Rachel Leão pontuou que as matrículas não  
149 acontecem apenas nos Centros de Educação Infantil, mas também em Escolas Municipais  
150 de Educação Infantil (EMEIS) que atendem seiscentos e cinquenta e um alunos, e ainda em  
151 escolas de Ensino Fundamental que atendem dois mil, oitocentos e vinte e nove alunos,  
152 perfazendo um total de oito mil, setecentos e sessenta e sete alunos devidamente  
153 matriculados. Rachel Leão informou que os Centros de Educação Infantil Hermínia  
154 Matheus, Mãe Comerciária e Casa da Paz ampliaram o atendimento. Ricardo Tammela  
155 perguntou sobre o planejamento para a fila de espera para que essa demanda seja atendida.  
156 Indagou sobre a avaliação da taxa de natalidade perguntando de que forma o município está  
157 se organizando para atender a essa demanda para cumprir o papel que se deve cumprir. A  
158 conselheira Teresa sinalizou que muitas pessoas estão perdendo poder aquisitivo e com isso  
159 buscando a rede pública. A Sra. Naila, representante da Associação de Moradores do bairro  
160 Caititu, perguntou qual o critério para matrícula e se há privilégios. Rosimar sinalizou que o  
161 município deveria investir mais na Educação Infantil ao invés de utilizar recursos com o  
162 Ensino Médio. Carla pontuou que a matrícula do aluno não é direito da mãe e sim da criança,  
163 lembrando a questão do risco social. A vereadora Gilda Beatriz falou da importância de

164 respeitar o cadastro. Carla Alessandra informou que o cadastro da fila de espera está  
165 disponibilizado no site da prefeitura e que só passam à frente mediante ordem judicial. Gilda  
166 Beatriz retomou a fala da conselheira Teresa sobre a migração de alunos da rede privada  
167 para a pública. Carla Alessandra sinalizou que os alunos priorizam as escolas centrais, disse  
168 que as vagas são absorvidas pelos irmãos e que a preferência é dos alunos que estão saindo  
169 dos Centros de Educação Infantil, explanou sobre a organização das matrículas e ainda  
170 informou que os pais procuram a Defensoria Pública para requisitar vagas nas escolas de  
171 suas preferências. Enfatizou que muitas vezes não existe a vaga, porém, a Defensoria Pública  
172 determina que seja realizada a matrícula pelo fato da criança se encontrar em risco social.  
173 Gilda enfatizou que não deve haver indicação. Carla Alessandra esclareceu como é realizado  
174 o processo das matrículas, informou que após todos os alunos da escola serem absorvidos, o  
175 departamento de matrículas disponibiliza no site as vagas que sobram, sendo assim, não há  
176 indicações. Carla pontuou que não se trata de um jogo de cartas marcadas, mas sim de um  
177 processo de continuidade. Falou que nem sempre é possível atender aos pais na escolha da  
178 Unidade Escolar. A Secretária Interina, Samea falou sobre a preferência dos alunos e de seus  
179 responsáveis pelo Colégio Padre Corrêa. Informou que se trata de uma escola conveniada  
180 que carrega um status de escola particular e que isso torna a procura muito grande. Trata-se  
181 de uma questão tradicional, em que os próprios moradores do entorno apresentam resistência  
182 com relação a outras escolas na localidade. Naila retomou à questão da Escola São José do  
183 Caititu, disse que se a escola continuasse em funcionamento os alunos continuariam  
184 matriculados. Jelcy falou sobre a compreensão dos problemas da Escola São José do Caititu,  
185 mas lembrou a importância de dar continuidade a pauta. O vereador Leandro perguntou sobre  
186 a possibilidade de ampliação de atendimento aos alunos. Raquel Leão informou sobre o  
187 processo de matrícula do CEI Mãe Comerciária, disse que os alunos que já estavam  
188 matriculados permaneceram e foram abertas quinze vagas das quais o comerciante não é  
189 mais privilegiado. Rachel informou sobre a ampliação do CEI Primeira Infância, disse que  
190 a engenheira já fez uma planta básica. Informou que com a abertura da Escola Hermínia  
191 Mateus no bairro São Sebastião toda a demanda daquela região foi atendida. Dando  
192 continuidade, Carla Alessandra informou o número de vagas oferecidas na rede privada,  
193 relatando que são três mil, trezentos e noventa e sete crianças. A conselheira Elisabeth  
194 perguntou se ainda teriam vagas ociosas. Jelcy falou sobre a distribuição das vagas, indagou  
195 sobre o que é possível fazer para melhor distribuí-las. Falou sobre o percentual que está  
196 sendo atendido em cada etapa. Maria Fernanda sinalizou a diminuição de matrículas na rede  
197 privada. Raquel informou que a Secretaria de Educação tem disponibilizado um  
198 levantamento feito em cartório com base no censo do IBGE que prevê o crescimento da  
199 população petropolitana até o ano de dois mil e quarenta e dois. Com esses dados a secretaria  
200 tem as projeções de matrículas na Educação Infantil até o ano citado. Jelcy solicitou que os  
201 documentos sejam entregues ao COMED. Ricardo falou que é bom saber que esses dados  
202 estão organizados pela Secretaria de Educação. Perguntou sobre o planejamento da  
203 Secretaria com base nesses dados e se o plano será cumprível ou não, tendo em vista que se  
204 temos os dados podemos planejar e que se não conseguirmos atingir as metas é uma questão  
205 de ordem política. Jelcy solicitou que Rachel encaminhe os documentos para o COMED.  
206 Logo em seguida, Jelcy informou que os demais assuntos da pauta deverão ser apreciados  
207 na reunião ordinária do mês de maio. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de



**CASA dos  
CONSELHOS**  
*Augusto Ângelo Zanatta*  
Casa dos Conselhos e Comissões  
"Augusto Ângelo Zanatta"  
Avenida Koeler, 260 - Centro  
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ  
TELEFONE: (24) 2246-9077 - 2249-4300  
E-MAIL: [casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br](mailto:casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br)



208 todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu Márcia da Rocha Biasuz Santos,  
209 Secretária Executiva do Conselho, lavrei e assinei a presente ata juntamente com o Senhor  
210 Presidente Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior e demais conselheiros. Petrópolis, 10 de abril de  
211 2018.

212  
213

Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior  
Presidente

214  
215

Márcia da Rocha Biasuz Santos  
Secretária Executiva do Conselho